Intervenção do Deputado José Andrade
no debate do Projeto de Resolução nº16/X – "Atlas do Património Imaterial dos Açores"
apresentado pela Representação Parlamentar do PPM
Horta,18 de junho de 2013

Senhora Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Os Açores são uma terra de cultura. Desde logo, e sobretudo, de cultura popular, mas também de cinco séculos de dinâmicas culturais que começam no património edificado e chegam à inovação contemporânea.

É a Cultura que nos distingue e valoriza, como causa e consequência da História e da Geografia, enquanto povo em terra própria.

O nosso património imaterial assume, por isso, a riqueza maior da cultura açoriana – em cada ilha por si só, mas também, e principalmente, no conjunto das nove.

Em todas as ilhas, concelhos e freguesias dos Açores – tal como em cada recanto do Novo Mundo onde bate um coração açoriano – há um traço cultural que nos identifica e que nos une. Seja nos sons e nos sabores da música e da gastronomia, seja na devoção popular de um império erguido em louvor do Divino Espírito Santo.

É por isso natural e mesmo conveniente e até obrigatório criar um Atlas do Património Imaterial dos Açores.

O projeto de Resolução proposto pela Representação Parlamentar do PPM merece a adesão imediata e convicta do Partido Social Democrata porque é

preciso inventariar, reunir, organizar e promover, com rigor cultural e interesse turístico, a informação representativa do nosso património imaterial.

Primeiro, porque a Cultura é um dos pilares que fundamentam a própria consagração constitucional da Autonomia dos Açores.

Depois, porque o património imaterial é a primeira razão e a prova maior da cultura própria do povo açoriano.

O nosso património cultural imaterial é permanente e abrangente.

Como reconhece a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, ele traduz práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões que as comunidades reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural e manifesta-se através dos instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados.

Sendo assim, os Açores confrontam-se com inúmeras tradições e expressões orais, artes do espetáculo, práticas sociais, rituais e eventos festivos ou aptidões ligadas ao artesanato tradicional que configuram a nossa idiossincrasia cultural.

É este património ancestral que importa registar para memória futura, mesmo com a marca da geração contemporânea, mesmo com a consciência do seu caráter evolutivo, mesmo com a noção do seu universo inacabado.

Perante estas e outras boas ideias, não se pode é ceder à tentação fácil do "Velho do Restelo" de achar que não vale a pena fazer mais e melhor porque já existe informação dispersa e insuficiente, que não vale a pena registar o que se faz hoje porque amanhã se estará a fazer diferente, que não vale a pena começar porque não conseguiremos acabar.

O problema não é se a criação deste Atlas “iria cristalizar uma manifestação cultural em movimento”, como referiu o Senhor Secretário Regional da Cultura na Comissão dos Assuntos Sociais.

O problema seria se a política cultural deste governo ficasse cristalizada na criação de num Atlas.

Ainda mais importante do que inventariar e registar as características e as manifestações é criar e executar as políticas e as medidas que sejam capazes de desenvolver para além de preservar.

A existência de um Inventário Regional do Património Cultural Imaterial dos Açores, criado em 2011, é um bom princípio mas é uma má desculpa. Ele não desaconselha – nem sequer dispensa – a proposta em apreço, mas antes constitui o ponto de partida para uma base de trabalho visando o efetivo desenvolvimento de um verdadeiro Atlas do nosso Património Imaterial.

Aliás, o próprio Núcleo Cultural da Horta refere expressamente no seu parecer ao Parlamento que a presente Resolução “baseia-se em pressupostos consensuais”, “revela uma preocupação positiva” e “configura um projeto de grande alcance”.

De facto, os Açores precisam preservar a identidade de todas as ilhas e de todos os tempos, seja, por exemplo, nos Romeiros de S. Miguel, no Carnaval da Terceira ou na Chamarrita do Pico.

Um povo sem memória é um povo sem história.

Tudo o que pudermos fazer é sempre pouco para honrar cinco séculos de cultura transmitida que construíram os Açores à nossa maneira.

O Passado merece e o Futuro agradece.